

Reservas Indígenas: o que está em disputa?

Nesta edição, entrevista com o etnohistoriador José Ribamar Bessa Freire, pesquisador e coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas, da UERJ, a respeito da polêmica sobre a homologação em terra contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Para ele, a demarcação das terras indígenas não é uma política de governo, mas, sim, uma política do Estado brasileiro. Toda polêmica, em sua opinião, tem menos a ver com questões de fronteira e da segurança nacional e, muito mais, com a cobiça pelas terras milenarmente ocupadas pelos índios. **Página 8**

Porto do Rio: novos caminhos para revitalização. Página 3

As chantagens do BC e a alta da taxa de juros. Página 6

O impacto do PAC nos orçamentos públicos. Página 14

Soberania ou disputa pela terra?

■ Duas polêmicas trazem de volta ao debate nacional a questão fundiária, no Brasil. Uma delas permanece quase em silêncio, abordada pela grande mídia esporadicamente, sempre sob o mesmo diapasão do questionamento às políticas do Estado de reconhecimento e concessão de titularidade às comunidades remanescentes de quilombolas.

A outra polêmica ganhou o noticiário nacional nas últimas semanas, com o pronunciamento do Comandante Militar da Amazônia, general Augusto Heleno, questionando, por sua vez, a demarcação e homologação em área contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, no nordeste do Estado de Roraima, nas imediações do ponto mais setentrional do país, em área de fronteira com a Venezuela, a oeste, e com a Guiana, a leste.

O assunto ganhou as páginas dos jornais e apesar da homologação das terras ter sido ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, em fins do ano passado, o tema voltou ao tribunal superior, que deverá se pronunciar sobre o mérito da questão nas próximas semanas. O assunto é o foco da entrevista desta edição, em que o *JE* foi ouvir a opinião de um especialista neste tema, conhecedor das etnias indígenas que vivem na Reserva, a qual já visitou algumas vezes. O etnohistoriador José Ribamar Bessa Freire.

As opiniões dele fornecem bastante subsídio para que novas opiniões e compreensões sobre a polêmica sejam desenvolvidas, em um momento em que parecem prevalecer, pelo menos, na grande mídia, as opiniões de alguns arroteiros que, nos anos 90, se instalaram em parte dessas terras indígenas, cuja propriedade hoje reivindicam e de onde se recusam a sair, mesmo após a decisão do STF e as sucessivas intimações judiciais. Quem está com a razão?

A conferir, na entrevista deste mês. 

SUMÁRIO

3

Delmo Pinho e Eduardo Duprat

Porto do Rio de Janeiro

Novos caminhos para sua competitividade

6

Luis Fernando Nova Garzon

A crise e as novas chantagens do mercado

8

Entrevista

José Ribamar Bessa Freire

Reserva Raposa Serra do Sol

"Estão tentando confundir a opinião pública"

13

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Os arautos da crise

14

Fórum Popular de Orçamento

O impacto do PAC nos Orçamentos

16

Corecon-Rj lança Prêmio para economistas XVIII Prêmio Anual de Monografia Cursos Corecon-RJ

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Hen-

rique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O Porto do Rio de Janeiro

Novos caminhos para sua competitividade

Hong Kong, Cingapura, Roterdã, Barcelona, Buenos Aires e outros tantos são exemplos reconhecidos de portos internacionais que desempenham importância crucial para o desenvolvimento econômico de seus respectivos países. No Brasil, portos como Santos (SP) e Itajaí (SC) constituíram-se, igualmente, em poderosos fatores de movimentação de cargas e geração de receitas para os estados onde se localizam.

No que diz respeito ao Porto do Rio de Janeiro, a par de se constituir no principal local de arrecadação de ICMS do Estado, na ordem de R\$ 800 milhões anuais, poucos enxergam ali algo além dos suntuosos transatlânticos ancorados no Reveillon e Carnaval, ou dos decadentes armazéns que abrigam, quando muito, festas ocasionais pela madrugada.



■ Delmo Pinho*
e Eduardo Duprat**

Um olhar mais atento revela que o Porto do Rio, com seus aproximadamente 20 berços de atracação, apresenta boa infra-estrutura marítima e portuária, possuindo um canal de acesso profundo e relativamente curto que, em alguns berços, acolhe navios com calados operacionais acima de 12 metros. Quanto às facilidades, os usuários do porto têm à sua disposição serviços de agenciamento marítimo, despacho aduaneiro, praticagem, rebocadores e vigilância marítima e portuária, além de facilidades para o abastecimento de suprimentos (*ship-chandlers*), energia de terra, água e combustíveis.

O Porto do Rio representa o metro quadrado que mais gera re-

ceita de tributação, em todo o Estado do Rio de Janeiro, e apresenta o maior valor agregado de cargas do país (cerca de US\$ 812/t, diante a média nacional dos seis maiores portos, da ordem de US\$ 235 por tonelada). Registra um volume de operações de importação e exportação em torno de US\$ 11 bilhões por ano. Do total das exportações brasileiras, anualmente o Porto do Rio movimenta 35% dos produtos siderúrgicos acabados, 25% dos veículos, 11% do granito, e 13% do café. É importante ressaltar que mais de 50% das cargas movimentadas no Porto do Rio têm origem ou destino em outras unidades da Federação, notadamente em Minas Gerais.

Quanto à movimentação de passageiros, o Porto do Rio é o segundo em movimentação geral e o primeiro do país no que se refere a cruzeiros internacionais, sendo considerado o *home port* nacional, poderoso atrativo para o setor turístico brasileiro. Agregando-se os vetores de cargas e de passageiros, esta vitalidade econômica se traduz pelos 10 mil empregos diretos e 25 mil indiretos que nele são gerados, com salários médios superiores a R\$ 1,5 mil por mês.

No intuito de, paralelamente, ampliar a eficiência da operação

logística no porto e aumentar a captura de cargas e de passageiros, algumas mudanças já se fazem viáveis para quem se utiliza ou passa perto do complexo portuário. Estão em curso investimentos no setor de embarque e desembarque de passageiros marítimos de cerca de R\$ 30 milhões, dos R\$ 100 milhões para a recuperação de quatro armazéns, incluindo a construção de centros comerciais, restaurantes, bares e espaço destinado a feiras e shows, no trecho localizado entre o edifício da antiga estação de passageiros e o Armazém 4.

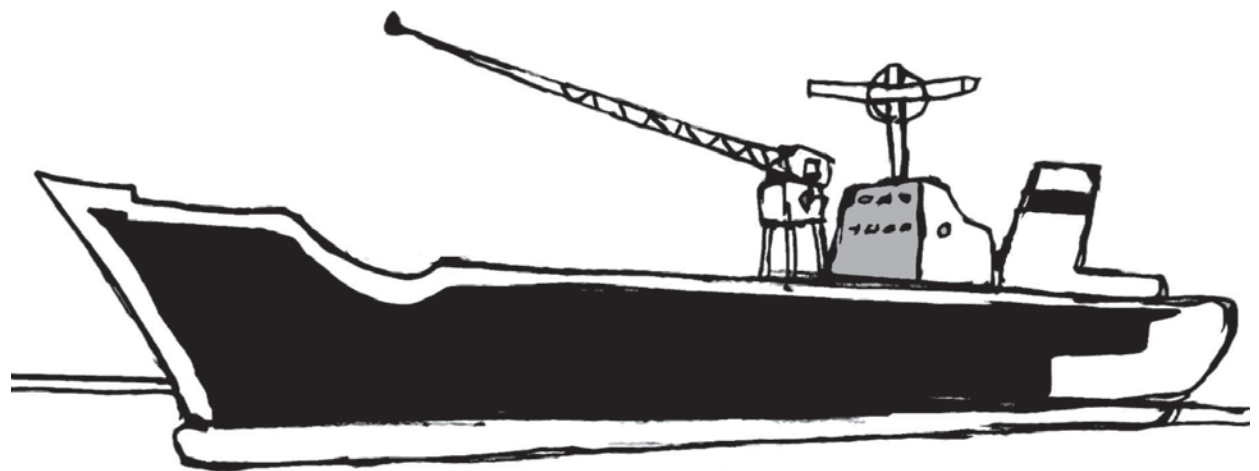
Porém, o que realmente faz vislumbrar novos tempos para o porto, em toda a sua plenitude, é o projeto logístico de carga denominado “Porto do Rio – Século XXI”. Trata-se de iniciativa que teve origem em uma rara articulação institucional, envolvendo as três esferas de governo – federal, estadual e municipal – e a iniciativa privada. O principal objetivo é dinamizar suas atividades econômicas, fazendo com que o porto praticamente duplique sua movimentação nos próximos quatro anos, passando da quarta para a segunda posição no ranking dos portos, no valor do comércio internacional brasileiro. O projeto prevê a revitalização do porto, não apenas na movimentação de cargas com alto valor agregado, mas também por sua importância turística. Assim, relacionado entre os projetos prioritários do Governo Estadual, contempla as seguintes metas:

- Aumento do volume de carga portuária, de oito para 16 milhões de toneladas/ano, até 2010;
- Aumento da receita portuária bruta de exportação e importação, de US\$ 11 bilhões para US\$ 18 bilhões/ano, até 2011;
- Projetos de revitalização da área portuária, e de melhoria dos acessos marítimo, rodoviário e ferroviário, implantados até 2010.

O projeto logístico de acessibili-

dade ao Porto do Rio se insere na estratégia de revigoramento e aumento da competitividade dos portos brasileiros que apresentam capacidade ociosa. Estratégia que se concretizou com a criação da Secretaria Especial de Portos, diretamente vinculada à Presidência da República, numa evidente manifestação da importância dos portos nas políticas de inserção competitiva do país nos mercados internacionais, e do receio de que neles se configurasse um ponto de estrangulamento, que muitos já previam como sendo um “apagão” portuário.

De fato, no início dos anos 1990, a baixa competitividade dos portos brasileiros e os elevados custos ope-



acionais foram identificados como impeditivos de uma melhor inserção competitiva do país. A reestruturação produtiva que transformou o espaço econômico mundial, na esteira da globalização, contribuiu para conferir uma centralidade maior ao sistema marítimo portuário internacional.

Hoje, em escala global, as redes produtivas dependem cada vez mais do comércio internacional e, como decorrência, do transporte marítimo, que é responsável pela maioria dos fluxos de bens materiais entre os continentes, associando-se também a outros tipos de modais. Por sua vez, cresce a exigência de mudanças na estrutura mundial dos portos: novos mé-

todos de movimentação de cargas, equipamentos com sofisticação tecnológica, mão-de-obra especializada e agilidade, sendo que a eficiência e a dinâmica de um porto não se limitam apenas às instalações e à capacidade dos navios, mas principalmente ao seu entorno, dadas as atividades produtivas que fazem uso dos seus serviços.

Para o Rio de Janeiro, em função do seu potencial de crescimento com as ações previstas, este projeto representará um impacto extraordinário no que se refere à logística de cargas e de passageiros, à recuperação do espaço urbano e ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Projeto inovador

Coordenado pela Secretaria de Estado de Transportes, e contando com parceiros da importância da Cia. Docas, do Instituto Pereira Passos, das empresas operadoras e arrendatárias do porto e das concessionárias MRS Logística e Ferrovia Centro Atlântico, o projeto contempla quatro grandes vertentes, três delas relativas à acessibilidade.

O acesso marítimo, já inserido no Programa de Aceleração do Crescimento, compreende o aprofundamento (para 15,5 metros) e a regularização dos canais de acesso e acostagem de navios, em duas fases, perfazendo uma dragagem total de 11 milhões de metros cú-

bicos. A primeira fase corresponde a um valor de R\$ 150 milhões, para dragagem de 3,6 milhões de metros cúbicos. O trabalho já realizado contempla os estudos de impacto ambiental, incluindo a Análise de Metais Pesados e o Estudo Hidrodinâmico. Em tais condições, seremos, em curto prazo, o primeiro porto brasileiro a contar com quatro berços para contêineres, operando com 15 metros de profundidade. Em médio prazo, tal intervenção possibilitará ao porto dispor de canal de acesso com 240 metros de largura, em pista dupla.

O acesso rodoviário, em sua primeira etapa, contempla o novo acesso ao Porto do Rio pelo bairro do

Caju, a chamada Avenida Alternativa, que, além de permitir uma nova ligação entre a Avenida Brasil e o Caju, agregará um conjunto de áreas para pulmão portuário e um centro de apoio aos caminhoneiros, retirando das ruas do bairro histórico um número significativo de caminhões. Existe também a proposta de permuta de terrenos entre a Cia. Docas e a Comlurb, visando a ampliação das áreas de apoio retro-portuário. Complementarmente, prevê a integração da área de apoio aos novos acessos rodoviários ao porto, que serão a Avenida Portuária, uma implantação completamente nova, e a Avenida Rio de Janeiro, reformulada, com duas pistas separadas e na qual estão a alça que permite



Reprodução de internet

o acesso dos veículos provenientes da Avenida Brasil ao Porto (Cais de São Cristóvão), incluindo a transferência do portão 24 (atrás do antigo prédio do *Jornal do Brasil*) para uma nova posição, que evite os engarrafamentos naquela área.

O acesso ferroviário contempla um novo traçado para o acesso da bitola larga e bitola métrica ao porto, através da ligação Ambaí – São Bento – Manguinhos – Porto. Inclui o plano operacional, estudos geotécnicos, hidrologia e drenagem, projetos geométrico e de obras de arte especiais, superestrutura da via, obras complementares, desapropriação e reassentamento e estudos ambientais. O novo acesso previsto, com extensão de 42,9 km, engloba 4 trechos: Ambaí – São Bento – Manguinhos, com 0,9 km. Objetiva minimizar os problemas de segurança e permitir a implantação de pátios de cruzamento, aumentando a capacidade de circulação de trens. Adicionalmente, abre a perspectiva de futura ligação em bitola (19,8 km), São Bento – Manguinhos (19,8 km) e Manguinhos – Porto (3,6 km), além da alça entre São Bento e o novo Pólo


Petroquímico de Itaboraí.

As ações no projeto ferroviário foram iniciadas com a liberação do acesso ao pátio do Arará, que estava tomado pela favelização, tendo sido providenciadas a desapropriação, indenização e infra-estrutura para remoção de 450 famílias instaladas sobre a faixa de domínio da ferrovia, o que ocorreu em fim de 2007. Essa parte da comunidade do Parque Arará ocupava, há mais de duas décadas, de forma progressiva, uma extensão de aproximadamente 1,5 mil metros junto aos trilhos e, em muitos casos, sobre eles. A situação ocasionava riscos para as pessoas e para a segurança da operação fer-

roviária, além de dificultar a manutenção periódica nos trilhos e dormentes. As ações envolveram também a construção de muros em concreto armado, em ambos os lados da linha férrea, e de duas passagens inferiores sob a linha férrea, para acesso aos moradores remanescentes na região. Atualmente, cerca de 120 vagões ferroviários acessam diariamente o Porto do Rio, comparativamente aos pouco mais de 70, em 2002.

Por fim, a integração Porto-Cidade compreende intervenções necessárias e projetadas para curto prazo (2008/2009), visando o desenvolvimento harmonioso do porto em conjunto com os espaços urba-

nos que o circundam. Inclui os armazéns de 1 a 5, com o alargamento de calçadas, a remoção dos prédios anexos entre armazéns, e substituição dos muros atuais por novo desenho, garantindo-se a visibilidade do mar, as atividades de *water front* e o Terminal de Passageiros, além da construção de passagem subterrânea para facilitar o deslocamento das pessoas do *water front* até a área remota para veículos e ônibus.

O projeto, neste momento, tem um valor total estimado de aproximadamente R\$ 600 milhões, que tende a ser ainda reduzido, pois, na medida em que as ações avancem, novas soluções são apresentadas, com redução do impacto urbano, ambiental e de custos. Por sua vez, já começam a se definir os principais patrocinadores do projeto, o que dá a certeza que a revitalização do Porto do Rio é uma realidade possível e cada vez mais próxima. 

* Mestre em Engenharia Civil (UFF), MBA em Management (FGV). Subsecretário de Estado de Transportes.

**Mestrando em Administração Pública (FGV), MBA em Gerência de Projetos (FGV), Especialista em Análise de Conjuntura (UFRJ). Coordenador de Logística da Secretaria de Estado de Transportes.



A crise e as novas chantagens do mercado

A “crise” financeira está deixando os investidores “nervosos” e sequiosos por proteções adicionais. O Banco Central já congelou a queda gota a gota da taxa de juros e promete fazê-la subir ainda mais, “se necessário”. Chantagem antecipada é mais transparente. Juras de não redução do superávit primário. Esconjuras quanto a taxas de crescimento acima dos 5%. O câmbio fica no ponto morto ao sabor das entradas e saídas, como convém a uma cloaca.

■ Luis Fernando Novoa Garzon*

A economia “nacional” ajusta-se à volatilidade como último recurso de estabilidade. Nos convidam a afrouxar ainda mais nossos direitos e regulamentações para atualizar a confiança dos mercados. Querem nos convencer que fortalecendo os fundamentos neoliberais que nos colaram aos circuitos mundiais de circulação de mercadorias e de capitais, é que iremos nos “descolar” dos efeitos da crise nesses mesmos circuitos.

O ajuste que estão propondo na forma de vacina é na verdade uma transfusão de mais “ganância infecciosa” que pretende diluir por dentro os últimos mecanismos soberanos e autônomos que possam limitar a lucratividade dos grandes negócios. Reaberta a temporada de caça e proscricção a controles de capitais, a fundos sociais e regionais de desenvolvimento, a mecanismos de regulação pública de tarifas e preços estratégicos nas cadeias de valor,



a políticas industriais ativas, a políticas comerciais e de integração regional que se neguem a sacrificar preciosas margens de autonomia operacional e tecnológica da nação.

O anúncio da nova condição “credora” do Brasil, apesar de já contabilizada pelas agências de risco, é parte do “esforço nacional” para alcançar o “grau de investimento” (*investment grade*). Grau máximo de flexibilidade econômica e institucional da economia receptora que atesta a confiabilidade dos mercados internacionais. Ao longo dos últimos anos sacrificamos diuturnamente nossa soberania para assegurar as certezas de rentabilidade dos oligopólios financeiros e operacionais.

Foi tão profunda a financeirização do Estado brasileiro que nossas políticas e decisões replicam, automaticamente, os interesses dos verdadeiros credores. Como devedores fazemos exatamente o que os credores querem. Com ou sem o FMI seguimos à risca seu receituário, com ou sem dívida externa há sempre o que pagar, esvaír e desviar.

O pacto que interessa ao país

Acumular reservas internacionais a partir de superávits comerciais e ganhos de produtividade é uma coisa, outra é montar reservas artificiosas através da multiplicação criminosa de títulos de

dívida pública. Dívida que já ultrapassou a casa do R\$ 1,3 trilhão, no final de 2007. Com a isenção de impostos para investidores estrangeiros, com taxas de juro pagando no mínimo três vezes mais que as taxas médias do mercado internacional, com o Tesouro Nacional como poço sem fundo para a especulação e as costumeiras facilidades de entrada e saída de capitais, a dívida brasileira continua sendo, por enquanto, um dos melhores negócios do mundo.

A herança maldita dos tempos de FHC é o pacto pela redução dos custos dos investimentos que fez do país praça estável, bom estacionamento dos capitais, crescendo quando possível, sob

condição e por derivação. Agora querem aprofundar e renovar esse pacto de forma a garantir outra sucessão bem precificada. O temor de predadores, especuladores e seus amigos associados, é que a atual crise oportunize a criação de uma esfera pública que ponha na roda o Banco Central e suas diretorias, o Comitê de Política Monetária (Copom), o Ministério da Fazenda e o BNDES.

O pacto que interessa à maioria é um que seja fundante ou refundante da nação. Um pacto pela ruptura com a matriz neoliberal que comanda nosso Estado e que automatiza nossa política econômica. Um pacto pela exigência de se discutir a economia e a vida das



Convênio para os profissionais registrados no CORECON - RJ

Conheça o Doméstica Legal, a sua solução em folhas de pagamento doméstico. Faça cálculos de pagamentos e emita recibos, contratos e guias de impostos. Tudo para evitar uma ação trabalhista.

• Aproveite o convênio com o Corecon - RJ e tenha 10% de desconto.

Código de convênio: CORECON - RJ. Planos: anuais, semestrais e trimestrais

• Recupere o valor do INSS, Calcule a restituição grátis. Informe-se!

**www.domesticalegal.com.br
O Portal do Empregador Doméstico**



personas em uma arena verdadeiramente política, cidadã.

A reforma política que importa, em um sistema político assim aparelhado pelo capital financeiro, é a que resgate o poder de governar, sob ótica nacional e popular. O que pressupõe inverter a lei de responsabilidade para com o sistema financeiro e somente pagar dívidas legais e legítimas, de acordo com a conveniência dos programas de dinamização do mercado interno. O que significa definir câmbio, juros e orçamento de acordo com prioridades coletivas. Definir o que é essencial e estratégico, o que se prioriza e se financia, o que não se privatiza nem se abandona.

Que venham à baila os intocáveis centros decisórios da política econômica brasileira. Que seus operadores e avalizadores prestem contas, justifiquem suas decisões, demonstrem sua “eficiência” e em função de quem.

* Membro da Attac, da Rebrip e da Rede Brasil. Professor da Universidade Federal de Rondônia.

Correio: l.novoa@uol.com.br

Reserva Raposa Serra do Sol

"Estão tentando confundir a opinião pública"

Polêmica que ganhou dimensão nacional e repercussão também na área da segurança das fronteiras do país, a demarcação em área contínua das terras indígenas da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, é o tema da entrevista desta edição do JE, que ouviu as opiniões de um experimentado especialista no assunto: o professor e etnohistoriador José Ribamar Bessa Freire, coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas Edu/UERJ. Para ele, um recuo do STF na decisão que o próprio Supremo Tribunal já adotou representará a agonia de povos indígenas, com a extinção de línguas e culturas que enriquecem o patrimônio do Brasil e da humanidade.

Jornal dos Economistas – À luz de sua experiência, qual sua opinião a respeito das declarações do Comandante Militar da Amazônia, general Augusto Heleno, para quem a política indigenista do governo Federal é caótica?

José Ribamar Bessa-Freire – Bom, o general precisa deixar claro o que ele entende por “caótica”. Dito assim, trata-se apenas de um adjetivo vazio, genérico, bombástico, com efeito propagandístico, mas que não quer dizer nada. Eu posso dizer que caótico é o Brasil, o universo, e daí? Como contestar isso? O general precisa explicar onde é que o caos está instalado, oferecer dados substantivos para que a gente possa confrontá-los. Fica difícil polemizar, se ele não esclarece em que se baseia para chegar a tal conclusão. Uma coisa, porém, é certa: o general se equivoca quando fala em “política indigenista do go-

verno”. Sarney homologou 11 áreas indígenas no alto Rio Negro, em 1989; Collor criou o Parque Ianomâmi, em 1991, e homologou 112 terras indígenas, com quase 27 milhões de hectares; Itamar Franco reconheceu 55 terras indígenas; FHC demarcou a terra indígena Raposa Serra do Sol, em 1998, homologada por Lula, em 2005. Não é uma “política de governo”, é uma política de Estado. Foi a Constituição de 1988 que reconheceu os direitos indígenas sobre as terras que ocupam tradicionalmente e que foram consideradas propriedade da União. Não depende do governo ‘A’ ou ‘B’. Qualquer que seja o governo, é obrigado a respeitar a lei. Rebelar-se contra ela não é, portanto, fazer oposição ao governo, mas afrontar a lei maior do país. O que está no ‘livrinho’, como dizia o marechal Dutra, deve ser respeitado por todos – índios, arroteiros, ongueiros,

missionários, juízes, antropólogos e generais – do contrário, vira bang-bang, faroeste, como, aliás, já está acontecendo em Roraima. Seis arroteiros se armam e desobedecem a uma decisão do STF que cumpriu todos os requisitos legais, num ato jurídico perfeito. O STF, ao recuar, estimula os grupos que reagem com violência contra a lei, quando ela fere seus interesses. Quem gritar mais alto, leva? Isso sim, é que é o caos, porque contraria a ordem constitucional.

JE – Em entrevista a jornais, o ex-presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, afirma concordar com o general Augusto Heleno, no que diz respeito à política indigenista estar sendo conduzida de forma caótica, citando como exemplo a Funasa. O que acha dessas afirmações?

Bessa – Conheço o Mércio, com quem tenho um bom relacionamento, mas acho que sua declaração é de um oportunismo deslavado. Ele foi presidente da Funai e durante quatro anos ficou perdido em meio a papelada burocrática, sem conseguir fazer nada. O Mércio agora quer pegar carona nessa ‘temporada de caça às terras indígenas já demarcadas’, como muito bem advertiu o antropólogo Paulo Santilli. Quer posar de bommoço para alguns generais. É claro que existe uma montanha de problemas, contradições, lacunas, incompetências. Temos de criticar. Mas é preciso reconhecer que



houve um notável avanço em muitas áreas. A própria Funai, do Mércio ao Márcio, não mudou só de um "e" para um "á". Melhorou. Muito. Passou a ouvir mais os índios, a se preocupar com projetos de desenvolvimento e a apoiar outra área, que é a da educação indígena, a cargo do MEC, transformando a escola num espaço de diálogo intercultural entre índios e não índios, contribuindo para pacificar os espíritos de todos. De acordo com o Censo Escolar de 2005, 172.256 alunos indígenas freqüentam 2.417 escolas, com mais de 10 mil professores, dos quais 90% são indígenas. A Funasa, por exemplo, que derrapa em muitos lugares, em outros, como no Rio de Janeiro vem desenvolvendo um bom trabalho, formando agentes indígenas de saúde nas aldeias Guarani.

JE – Difunde-se que as áreas indígenas estão tomadas por Ongs

estrangeiras, mais interessadas em nossa biodiversidade e no contrabando de informações genéticas.

Diz-se existem áreas dominadas pelos indígenas, aonde brasileiro é barrado e estrangeiros entram e saem à vontade. Isso é verdade?

Bessa – Olha só, sou amazonense, há mais de 30 anos venho percorrendo o nosso país de ponta a ponta, ministrando cursos de formação de professores indígenas. Na última Copa do Mundo assisti a um jogo do Brasil numa maloca indígena, em tevê alimentada por bateria de carro. Os índios vibravam com os gols da nossa seleção. Então, me pergunto: como é que 20 mil índios, que amam o Brasil, armados de arco e flecha, podem ameaçar a soberania nacional? Tem cabimento um negócio desses? Quem quer tomar as terras dos índios não vai dizer publicamente: "queremos nos apropriar das terras indígenas", porque não vai ter respaldo na opinião pública. Então, habilmente, exploram a desin-

formação de brasileiros crédulos, que amam sua pátria e acabam acreditando em inverdades como a de índios hasteando bandeiras americanas, falando inglês e se aliando com os gringos para retalhar o território brasileiro. Esses discursos anti-indígenas são recursivos, aparecem, historicamente, cada vez que as fronteiras econômicas querem se ampliar em terras indígenas. É o mesmo blá-blá-blá de sempre. Ele acaba 'colando', porque dos 186 milhões de brasileiros, sequer 1 milhão conhecem uma aldeia indígena ou conviveram com os índios e tudo que sabem provém da mídia. Aí, como a maioria das pessoas não conhece a realidade, esse tipo de depoimento pode adquirir uma aura de credibilidade para incautos. A opinião pública precisa saber que existem bases militares dentro de todas as terras indígenas de faixa de fronteira, que muitos índios servem ao Exército como soldados, e que os índios em contato com a sociedade nacional se sentem também brasileiros. Todos esses "defensores da Pátria" criticam o fato de "dar terras", mas ninguém "deu terras" aos índios. A Constituição apenas reconheceu o direito de os índios

usufruírem os territórios que ocupam milenarmente e que são propriedade da União. Eu disse: da União! Os índios não podem vender as terras, nem dá-las como garantia para uma transação comercial, porque elas não lhes pertencem, são da União, quer dizer, de todos nós. Um fazendeiro, sim, pode vender suas terras a estrangeiros e impedir a entrada do exército, porque, afinal, a propriedade privada funciona assim. Os índios, não. Acontece que as oligarquias, aves de rapina, acham que o que é público lhes pertence, interpretam que podem se apropriar dos espaços públicos. Então, por trás dessa orquestração, o que existe mesmo é a defesa de interesses particulares e não nacionais. Para justificar a usurpação de terras, estão tentando confundir a opinião pública, induzindo a pensar que a relação das terras com os índios é de propriedade privada quando não é assim.

Exigir que terras indígenas sejam – aí sim – "dadas" a fazendeiros significa privatizá-las, ou seja, entregar a alguns indivíduos as terras que nos pertencem. Guardiões das terras da União, os índios constituem uma garantia da soberania nacional, da biodiversidade e da socio-diversidade.

JE – Por quê?

Bessa – Por que o usufruto pelos índios de terras que ocupam milenarmente ameaçaria a soberania nacional, e não assim a propriedade privada de fazendeiros, que inclusive possuem armas e poder de fogo e praticam o monocultivo que atenta contra a biodiversidade? A história de Roraima mostra que as terras indígenas

demarcadas, longe de serem ameaça à soberania nacional, constituem uma garantia de que essas terras continuarão pertencendo ao Brasil. No início do século XX, quando o governo brasileiro discutia os marcos das fronteiras com outros países, **Joaquim Nabuco, que estudou toda a documentação, comprovou que o Brasil só conservou essas terras, porque os índios Makuxi, Ingarikó, Taurepang e Wapixana impediram a entrada de ingleses, franceses, holandeses e espanhóis. “Os peitos dos índios foram as muralhas dos sertões”, escreveu Nabuco.**

JE – O general Augusto Heleno afirmou que a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol em área contínua coloca em risco a soberania nacional e as fronteiras do país. E que são etnias diferentes, daí criará uma guerra entre os indígenas, por serem

de comunidades historicamente adversárias. Estas observações procedem?

Bessa – Bem, sinceramente, confesso minha ignorância, porque não li nenhum trabalho de pesquisa do general justificando tal afirmação. De qualquer forma, a estratégia dele de desqualificar a demarcação em área contínua não encontra respaldo nos trabalhos que conheço de antropólogos e historiadores sérios como Nádia Farage e Paulo Santilli. Este último produziu, em 1992, o laudo técnico que deu origem à demarcação. Quando se menciona as rivalidades entre etnias, está se evocando uma informação histórica válida para o período pré-colonial e que aqui aparece distorcida. Primeiro, porque já houve grandes deslocamentos e o processo histórico se encarregou de desfazer rivalidades, estabelecendo novas alianças. Depois, porque os índios de Roraima sacaram que precisam se unir pra se defender das agressões e por isso criaram associações em que estão todos representados. Os arrozeiros

estão tentando dividir o movimento, instrumentalizando alguns índios, dizendo que eles são contrários à demarcação. É um discurso que não se sustenta. Isso equivale a dizer que existem escravos contrários à abolição da escravatura.

JE – E a versão de que as áreas indígenas estão tomadas por Ongs estrangeiras, mais interessadas em nossa biodiversidade e no contrabando de informações genéticas. Isso é verdade?

Bessa – Quanto às Ongs, acontece que o governo brasileiro, como ente público, não foi capaz de desenvolver projetos e executar políticas no cumprimento dos preceitos constitucionais relativos aos povos indígenas: demarcação de terras, educação, saúde, meio-ambiente, desenvolvimento auto-sustentável, patrimônio cultural e bem-estar social. Essa incapacidade do Estado foi a principal razão para o rápido crescimento do terceiro setor e a proliferação de organizações não-governamentais, sem fins lucrativos. No entanto, não se pode incorrer num erro de avaliação, ao fazer uma generalização apressada.

As Ongs são como o colesterol: há o bom e o mal. É preciso diferenciar as que trabalham com seriedade em parceria com as comunidades indígenas daquelas convertidas em autênticos “gigolôs” de índios. Coincidentemente, essa confusão vem sendo cultivada por setores contrários aos direitos indígenas garantidos pela Constituição de 1988, que colocam todas as Ongs no mesmo saco, para tentar desmoralizar as alianças dos índios e enfraquecê-las.

Atuando em áreas indígenas da Amazônia, tivemos praticamente todos os tipos de Ongs descri-

tas por Vilmar Berna: as chamadas “Ongs de combate”, cujo objetivo é organizar e mobilizar os setores interessados para reivindicar melhor qualidade de vida; as “Ongs profissionais”, que vão mais além e montam uma estrutura capaz de elaborar e executar projetos em parceria com governos, empresas e organizações indígenas, usando recursos públicos ou privados destinados a projetos; e até mesmo as denominadas “Ongs de cartório”, que existem apenas como um endereço e foram criadas para se beneficiarem de isenções fiscais e agregar valor às suas marcas institucionais, “desvirtuando e confundindo a noção de Ongs como organizações que representam os interesses da sociedade civil.” Não sabemos com precisão quantas dessas organizações atuam na Amazônia, quais são os projetos desenvolvidos por elas especificamente em áreas indígenas e quais são os seus resultados, de onde vêm os recursos com os quais operam, qual a porcentagem de fundos públicos e de que ministérios saíram, qual o montante das contribuições provenientes de países estrangeiros ou de organizações religiosas, como estão sendo utilizados esses recursos, quantos voluntários prestam serviços a essas entidades, quantos empregos foram criados no setor.

JE – Ou seja, não há informação confiável?

Bessa – Sim, e a ausência de informações contribuiu para que se generalizasse, indevidamente, para todas as Ongs, as práticas ilícitas de algumas “Ongs de cartório” ou “Ongs pilantrópicas”, que serviram de ‘laranja’ para desvio de dinheiro público. De qualquer forma, parece legítima a reivindicação para que todas elas prestem contas do que fazem. A sociedade começa a cobrar das Ongs maior transparência e visibilidade. Agora,



se existem Ongs fazendo contrabando em áreas indígenas, são elas que devem ser combatidas, até mesmo para defender os índios. Isso, no entanto, não pode servir de pretexto para privatizar as terras indígenas e entregá-las a fazendeiros.

Na realidade, é perigoso generalizar, como sinaliza Hélio Matos, porque “a imensa maioria das organizações do Terceiro Setor é séria, honesta, não vive de dinheiro público. A maior parte dessas organizações se mantém basicamente pela solidariedade e pelo dinamismo da sociedade civil brasileira, que são também imensos, ao contrário do que prejudicam aqueles aos quais faltam tais sentimentos republicanos e cidadãos”. Agora, um cidadão qualquer que queira entrar numa reserva, precisa de autorização dos índios e da Funai, da mesma forma que qualquer brasileiro que queira entrar numa fazenda particular precisa de licença de seu proprietário.

JE – O senhor conhece os índios da Reserva Raposa Serra do Sol? Em discurso, no Clube Militar, o Comandante Militar da Amazônia disse que eles vivem bêbados, abandonados. É isso mesmo?

Bessa – Conheço a Reserva por ter ido lá três vezes, mas nunca fiz pesquisas na área. De qualquer forma, essa história toda me faz lembrar a fábula do lobo e do cordeiro, do La Fontaine. O lobby do arroz diz que os índios ameaçam a segurança nacional. Os índios provam que isso não é verdade. O lobby retruca que deixar os índios juntos dentro da terra pode provocar uma guerra fratricida. Os índios desmontam a argumentação. Aí o lobby diz que os índios são bêbados, preguiçosos,

atrasados e desconhecem as técnicas de produção. Os índios exibem os resultados das pesquisas arqueológicas, indicando que desde o ano 5.000 a.C. os moradores da região já haviam domesticado a mandioca; as escavações encontraram um forno, comprovando que desde 3.000 a.C. já fabricavam farinha, produto ainda hoje consumido em todo Brasil. Possuíam técnicas e conhecimentos sofisticados, faziam experimentos genéticos, melhorando a raça de vegetais, o que foi comprovado com pesquisas feitas em suas roças, onde é possível encontrar frutas, como o abiu, do tamanho de uma melancia, quando no resto da floresta não passava do tamanho de um limão. O lobby insiste que precisa da terra para plantar arroz, porque nas mãos dos índios ela é improdutiva e que os índios constituem um obstáculo ao progresso etc. Os índios respondem aquilo que o coordenador do Conselho Indígena de Roraima, o macuxi Dionito Souza, disse aos ministros do STF, com documentos em mãos: **que os índios têm, dentro da área, 35 mil cabeças de gado e que as 194 aldeias querem aumentar o rebanho; que os índios vendem anualmente 3 mil bezerros; que produzem 50 toneladas de milho e outras 50 de feijão. Se os arrozeiros são beneficiados com isenção fiscal, por que não se pode estimular a produção indígena?** A Fazenda Casa Branca foi processada criminalmente porque aplicou agrotóxicos nos arrozais, e com isso matou muitas aves e outros bichos, poluiu igarapés, e prejudicou a saúde de todo mundo, causando grandes danos. A produção indígena não é agressiva em relação ao meio ambiente.



JE – Chega-se a falar do risco de um Kosovo, em Roraima. Há este risco, em sua avaliação?

Bessa – Eu confio no Exército Brasileiro, na sua capacidade de defender a soberania nacional e no patriotismo de seus integrantes. Só teme um Kosovo quem cai numa confusão conceitual que não faz distinção entre nação e Estado. Acreditar que as denominadas ‘nações indígenas’ possam se erigir em Estado equivale a crer que a “nação rubro-negra” pode declarar a independência da Zona Sul do Rio de Janeiro. Teme esse perigo quem desconhece as condições históricas de lá e de cá, ou quem não confia nas Forças Armadas que nos deram um Rondon, generoso, corajoso, defensor dos índios. Parodiando o general Juracy Magalhães, ministro da Justiça da ditadura militar, responsável pela censura aos jornais, que disse “O que é bom para os EUA é bom para o Bra-

sil”, podemos afirmar que “o que é bom para os índios é bom para o Brasil”. O único ‘argumento’ capaz de justificar a usurpação das terras indígenas é o do lobo de La Fontaine: a ‘razão’ truculenta do mais forte prevalece, quando a lei não é respeitada. **Morro de medo da atual escalada anti-indígena, que está ressuscitando muitos Búfalos Bills em pleno século XXI. Se o STF recuar e modificar o modelo de demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol abre um precedente enorme para que assistamos a agonia dos povos indígenas, a extinção de línguas e culturas que enriquecem o Brasil e o patrimônio reconhecido da humanidade.** ☐

Sonho realizado em **1 minuto?**



 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Os arautos da crise

Poderia ser enredo de um daqueles filmes campeões de bilheteria, nos quais o bem e o mal estão em constante embate. O vilão faz artimanhas e cria situações para prejudicar o mocinho, para quem tudo vai bem e não há com o que se preocupar.

■ Carlos Henrique Tibiriçá Miranda*

Trata-se dos últimos debates entre oposição e governo acerca do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da crise americana. Os arautos da crise querem a todo custo fazer crer que o PAC é um fracasso, composto de projetos que estão empacados e serviriam apenas de discurso para o governo. Agregam a esse cenário os novos desdobramentos da crise norte-americana, com ameaça de recessão e que, pelos prognósticos da oposição e da mídia conservadora, incidirão sob a economia nacional como um petardo devastador. Aliás, aproveitam o ensejo de uma possível crise para defender que o governo adote medidas preventivas, entre as quais, sugerem o corte nos gastos do Estado e indicam, além de programas sociais, reorientações no PAC.


O governo, por seu lado, apresenta o PAC não apenas como o carro chefe da segunda gestão de Lula, mas também como vacina e âncora da economia brasileira contra as possíveis trepidações externas. Para o executivo Federal, o PAC vai bem, está obedecendo as etapas previstas para a sua implantação e irá ser uma injeção de robustez na veia da economia, como

afirmou a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Mas, como na ficção, ambos os extremos não passam de uma exacerbação da realidade. No caso do PAC, ele nem é um sucesso de bilheteria e muito menos se trata de um fracasso. Iniciativa importante de criação de projetos orientados para investimento na infraestrutura, o PAC ainda se recente de uma visão mais estratégica do país, além de ser afetado pela política econômica conservadora aplicada pelo Banco Central. A manutenção das altas taxas de ju-

ro represa a economia e afugenta o investimento do capital privado, que prefere se multiplicar no mercado financeiro. Se os ortodoxos do Banco Central seguem tão firmemente as orientações econômicas do Tio Sam, porque não aproveitam o exemplo e definem um corte para a taxa Selic?

Quanto à crise norte-americana, sempre há polêmicas econômicas que podem tanto comprovar uma avalanche quanto o acomodamento da economia. Mas o fato é que não se pode negar que o Brasil está mais preparado para enfrentar tais turbulências e, portanto, não há que se tratar a situação com alarmismo e fazer cortes e reorientações precipitadas que, no fim das contas, só prejudicam o povo.

Bandeira das mais significativas para o Brasil e seu povo, o desenvolvimento deve ser visto com seriedade e empenho para fazer com que haja, de fato, uma reorientação da economia nacional. O anúncio do primeiro ano do PAC aponta avanços, porém, ainda resvala em muitas deficiências e pouca ousadia política para de fato acelerar o crescimento nacional. 

*Conselheiro do Corecon - RJ e diretor da ASFGV



O impacto do PAC nos Orçamentos

O debate em torno do crescimento da economia brasileira tem incorporado principalmente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. No entanto, são escassas as análises no âmbito municipal e estadual, principalmente em relação aos gastos públicos envolvidos nos projetos. Os textos a seguir buscam contribuir para suprir esta lacuna, abordando o impacto do PAC nos orçamentos públicos dos municípios do Rio e de Niterói, e no do estado.

Município do Rio

O PAC prevê projetos nas áreas de saneamento, urbanização e habitação. Nas duas últimas encontram-se os projetos mais representativos.

Prevê-se a urbanização de diversas comunidades¹, totalizando R\$ 303,2 milhões de recursos federais e R\$ 106,6 milhões como contrapartida municipal. Há, ainda, o chamado PAC bipartite. Nele estão previstos gastos da União da ordem de R\$ 451,3 milhões (Complexo do Alemão), com contrapartida do estado de R\$ 123,8 milhões e do município, de R\$ 26,7 milhões; e de R\$ 246,3 milhões (Manguinhos), mais a contrapartida de R\$ 58,8 milhões, do estado, e de R\$ 23,3 milhões, do município.

Em habitação, através de convênios, há o “PAC Moradia”, totalizando R\$ 86 milhões, e o “PAC

Habitação”, que abrange R\$ 7 milhões de recursos federais.

Os projetos de saneamento estão centrados na região de Sepetiba e prevêem um total de investimento de R\$ 24,2 milhões do governo Federal, tendo contrapartida do município da ordem de R\$ 6 milhões. Para o saneamento a receita também é procedente de convênios, que somam R\$ 8,7 milhões.

Na Lei Orçamentária de 2008, os investimentos previstos sob a rubrica “Programa de Aceleração do Crescimento – PAC” totalizam R\$ 137,4 milhões, em três Programas de Trabalho (PT), porém, com funções, objetivos e metas diferenciados.

No PT da área de saneamento, o programa prevê obras e instalações para o saneamento de Sepetiba, com recursos de R\$ 10,9 milhões. O segundo PT, ligado à urbanização, tem como objetivo a

melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda no município do Rio de Janeiro, através da urbanização das áreas de cobertura do programa. Para este estão previstos investimentos de R\$ 116,5 milhões. O último programa pretende produzir 233 unidades habitacionais para população de baixa renda, com uma previsão de R\$ 10 milhões.

Os três programas citados estão englobados nas funções “Saneamento e Habitação”. Desta forma, objetivando medir se o crescimento proposto pelo PAC levará à elevação das dotações nos investimentos dessas funções, analisamos a evolução das mesmas nos três últimos anos, como demonstrado nos gráficos 1 e 2.

Os investimentos com a função “Saneamento” tiveram elevação na execução de 2006 para 2007 de 196%; para 2008 houve um aumento de 161% do previsto, sendo que o PAC foi responsável por 16%; muito embora até o dia 17 de março não houvesse liquidação com essa função.

Nos investimentos da função “Habitação” é notório que, em 2007, apesar de termos uma grande alocação de recursos durante o exercício, passando de uma previsão de R\$ 94 milhões para R\$ 228 milhões na dotação atualizada, o total liquidado ficou 35% me-

nor quando comparado ao ano de 2006. No ano de inclusão do PAC no orçamento, tivemos uma elevação de R\$ 164 milhões na previsão de investimentos, correspondendo a uma elevação de 174% de 2007 para 2008. Destes, R\$ 116,5 milhões são oriundos do PAC. Contudo, até 17 de março de 2008, apenas 0,04 % do total previsto com a função foi liquidado.

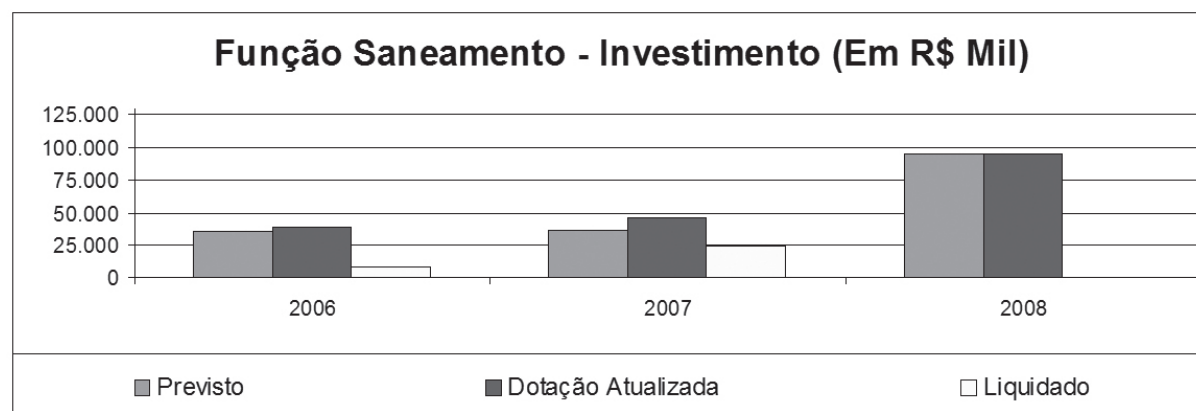
Cabe ressaltar ainda que, apesar de haver uma pequena liquidação na função acima, até o dia 28 de março não houve qualquer execução de recursos nos três PT's do PAC carioca.

Município de Niterói

O PAC de Niterói também possui dois projetos de urbanização de favelas, previstos para serem implementados entre 2007 e 2010. Um, no Morro da Cocada, e o outro, na Vila Ipiranga. O total de investimentos do governo Federal será de R\$ 16,9 milhões, e a contrapartida do município de R\$ 4,2 milhões. Somente no orçamento de 2008 ocorreu a inclusão do PAC, porém não existem as especificações dos convênios do PAC niteroiense. Logo, os dados da receita ficam prejudicados.

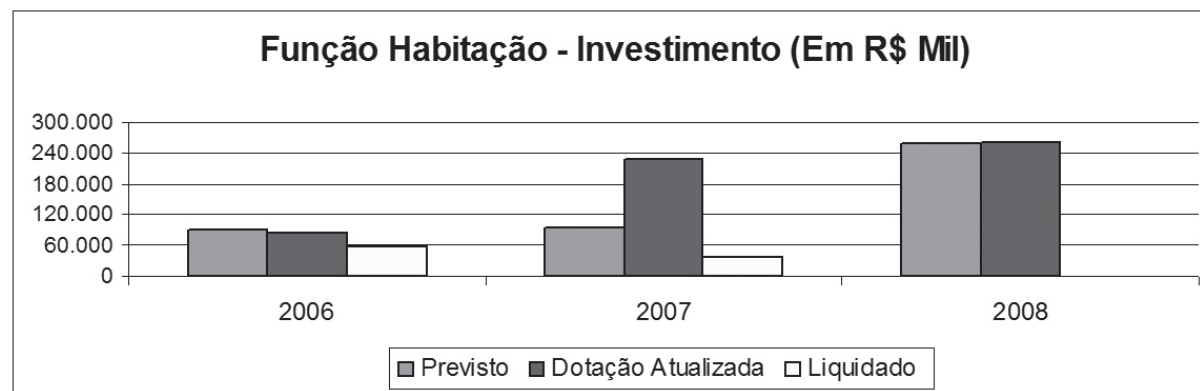
No âmbito das despesas existem seis Programas de Trabalho que possuem alguma relação com o PAC, mas os mesmos não podem ser relacionados totalmente a este programa, por possuírem outros vínculos (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID). Além disto, estes totalizam investimentos na ordem de R\$ 11,4 milhões, o que corresponde a 54% do total do PAC para Niterói, somente em 2008. No entanto, a fonte de recursos não nos indica se estes são oriundos de convênios com o BID

Gráfico 1



Fonte: Prestação de Contas de 2006, LOA 2007, LOA 2008 e sistema Fincon 17/03/2008

Gráfico 2



Fonte: Prestação de Contas de 2006, LOA 2007, LOA 2008 e sistema Fincon 17/03/2008

ou do PAC; seus objetivos também não podem ser identificados.

Infelizmente, não temos informações referentes à execução orçamentária.

Estado do Rio de Janeiro

Para 2008, as ações relacionadas ao PAC estão distribuídas em 15 Programas de Trabalho (PTs), totalizando R\$ 1,183 bilhão. A maior parte dos recursos previstos, R\$ 991,5 milhões (83,8% do total), tem origem em convênios e operações de crédito e os recursos próprios somam R\$ 191,5 milhões. Os recursos estão assim distribuídos: investimentos – R\$ 1,15 bilhão (97,2% do total); inversões financeiras – R\$ 26,2 milhões; e outras despesas correntes – R\$ 6,4 milhões.

Entre 2007 e 2008, os investimentos passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,9 bilhões, o que representa uma elevação de 46,2%. É importante ressaltar, no entanto, que este grupo de despesa foi o que apresentou a menor taxa de execução nos últimos anos. Em 2006, 77,9% do que foi previsto com investimentos foi efetivamente liquidado enquanto, em 2007, apenas 67,4%.

Em termos de funções de governo, 89,4% do PAC estão concentrados em “Urbanismo” (R\$ 630 milhões) e “Saneamento” (R\$ 428 milhões). Em seguida, as funções

“Gestão Ambiental” (R\$ 78,8 milhões), “Habitação” (R\$ 38,8 milhões), “Assistência Social” (R\$ 6,6 milhões) e “Cultura” (R\$ 700 mil). Em consequência, as estimativas de gastos em algumas funções cresceram substancialmente. Em “Urbanismo”, a variação alcança 1.271,2%, passando dos R\$ 51,5 milhões, de 2007, para R\$ 706,9 milhões, em 2008. Destacam-se ainda as elevações com “Saneamento” (16,4%), e “Habitação” (112,6%).

A distribuição dos PT’s, por função de governo, pode ser observada na tabela 1.

No que diz respeito às previsões constantes do Plano Plurianual (PPA), compreendendo o período 2008-2011, o volume de recursos destinados a estas ações alcança quase R\$ 2,5 bilhões. As funções com maiores previsões de investimento são “Urbanismo”, com aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, e “Saneamento”, com R\$ 907,6 milhões.

Os programas de urbanização envolvem os complexos da Rocinha, Alemão e Manguinhos, bem como o Pavão/Pavãozinho. Como já visto, alguns em parceria com o governo municipal. Todos os projetos devem estar prontos até 2010. As novidades ficam pela construção de um teleférico no Complexo do Alemão e de um elevador no Morro do Pavão/Pavãozinho, cuja previsão de término é em 2008. A construção do Arco Rodoviário Metro-

litano, de conclusão em 2010, também se encontra nesta função.

Na função “Saneamento”, encontramos o “eterno” programa de despoluição da Baía de Guanabara. A previsão é que a maioria das ações termine em 2011.

Na região das Bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí há obras envolvendo as funções de “Gestão Ambiental” e de “Habitação”, em virtude das áreas atingidas pelas enchentes na Baixada Fluminense. Também na função “Habitação” está o programa

Projeto Morro do Preventório, com término previsto para 2010.

Há ainda no orçamento o programa “PAC Social e Geração de Renda”. Por fim, a implantação de cinco núcleos de cultura nas comunidades da área de abrangência do PAC social.

Concluimos que o imPACto é bastante significativo nos orçamentos dos três entes analisados. Entretanto, os objetivos perseguidos não são capazes de reverter um histórico de oportunidades perdidas. Longe de desprezarmos as intervenções focadas, acreditamos que uma ação pública duradoura, eficiente e eficaz deve ser precedida por uma ampla discussão com todos os atores envolvidos. Não foi o que ocorreu. Por sua vez, chama a atenção o esquecimento do transporte coletivo, pois o grave problema habitacional somente será atenuado com a mobilidade urbana equacionada.

Tabela 1

FUNÇÃO / PROGRAMAS DE TRABALHO	PREVISÃO (LOA 2008)	% do TOTAL
URBANISMO	630.000.000	53,3%
Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano – PAC	267.000.000	22,6%
Urbanização do Complexo do Alemão – PAC	196.625.000	16,6%
Urbanização do Complexo de Manguinhos – PAC	93.625.000	7,9%
Urbanização do Complexo da Rocinha – PAC	42.625.000	3,6%
Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho- PAC	30.125.000	2,5%
SANEAMENTO	428.064.951	36,2%
Estação de Trat Água Guandu/Novo Guandu – PAC	184.080.000	15,6%
Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalo – PAC	121.892.021	10,3%
Ampl Abast Água Barra,Recr e Jacarepaguá – PAC	78.400.000	6,6%
Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ- PAC	27.734.906	2,3%
Melhoria Prod no Parque Tratam. Guandu – PAC	15.958.024	1,3%
HABITAÇÃO	38.800.000	3,3%
Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí – PAC	30.000.000	2,5%
Projeto Morro do Preventório – PAC	8.800.000	0,7%
GESTÃO AMBIENTAL Projeto Iguaçu – PAC	78.860.000	6,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL PAC SOCIAL e Geração de Renda	6.600.000	0,6%
CULTURA Implantação de Núcleos de Cultura nos PACs	700.000	0,1%

1 Complexo do Alemão, Manguinhos, Rocinha, Colônia Juliano Moreira, Maciço da Tijuca, Marechal Hermes e Pavão-Pavãozinho.

Nota de Agradecimento: Nossos agradecimentos ao apoio da Coordenação dos Direitos das Mulheres, da prefeitura de Niterói, pelos dados fornecidos ao Fórum Popular de Orçamento e que deram bases e subsídios ao artigo da edição passada.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores. Coordenação: Ruth Espinola Soriano de Mello, Luiz Mario Behnken (conselheiros do Corecon-RJ) e economista Bruno Lopes. Consultores desta matéria: economistas Paula Mota, do gabinete da Liderança do PT na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Thiago Marques, assessor do deputado Marcelo Freixo (PSOL). Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Camila Barbosa e Fernanda Stiebler (estudantes de Economia). Correo: fporj@bol.com.br. Portais: www.fporj.blogspot.com.br e www.corecon-rj.org.br

Corecon lança Prêmio para economistas

■ O Corecon-RJ acaba de lançar o Prêmio Opinião Pessoal 2008, que em sua primeira edição terá como tema “Desenvolvimento econômico e meio ambiente”. As inscrições estão abertas e vão até 20 de junho, data limite para postagem, via Sedex, no correio, ou até 27 de junho para entrega diretamente na sede do Conselho, na Avenida Rio Branco, 109/19º, no Centro da cidade. A iniciativa tem o apoio do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED) e do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro.

O objetivo do Prêmio é incentivar a produção de artigos de profissionais de economia, com base em estudos e pesquisas que contribuam para a conscientização da opinião pública a respeito do tema desenvolvimento econômico e meio ambiente. Os dois trabalhos julgados vencedores receberão premiações de R\$ 5 mil, o primeiro lugar, e R\$ 3 mil, o segundo colocado.

Poderão concorrer artigos individuais ou coletivos, desde que os autores economistas sejam registrados e estejam em situação regular no Corecon-RJ. Os artigos individuais serão necessariamente de autoria de economistas e os coletivos poderão ter, entre os autores, profissionais de outras áreas, desde que um deles seja economista e esteja registrado, regularmente, no Conselho. Cada candidato poderá concorrer com até dois artigos, desde que relacionados ao tema.

As informações e o regulamento completo do Prêmio Opinião Pessoal estão disponíveis no portal dos economistas, na internet - www.economistas.org.br.

XVIII Prêmio Anual de Monografia

Inscrições vão até 30 de maio

Termina no próximo dia 30 de maio o prazo para inscrição no XVIII Prêmio Anual de Monografia Economista Celso Furtado, edição 2008. Criado em 1990, a premiação tem por objetivo incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento dos estudantes em fase final de graduação na área de economia. Podem concorrer trabalhos concluídos no primeiro e segundo semestres de 2007, indicados pelos respectivos departamentos de Economia dos centros de ensino.

De acordo com o regulamento, concorrem ao Prêmio Anual de Monografia os quatro melhores trabalhos selecionados pelas instituições de ensino do Rio de Janeiro, sem limitação ao número de monografias por semestre, desde que não ultrapassem a quatro trabalhos por instituição.

Os três primeiros colocados recebem premiação em dinheiro, nos respectivos valores de R\$ 2,5 mil, R\$ 1,5 mil e R\$ 1 mil. As inscrições terminam em 30 de maio próximo, sendo feitas através de ofício assinado pelo chefe do Departamento de Economia ou pela direção da universidade ou, ainda, o equivalente no caso de faculdades isoladas.

Os trabalhos devem ser inéditos, em cinco vias digitadas e encadernadas, devidamente de acordo com as normas da ABNT e contendo, na capa, apenas o título da monografia e o pseudônimo do autor. A entrega das premiações será a 13 de agosto próximo, durante as comemorações do Dia do Economista.

Mais informações bem como a íntegra do regulamento estão disponíveis no portal dos economistas na internet - www.economistas.org.br.

Agenda de cursos

MATEMÁTICA ESTRATÉGICA (Turma 1 - de 13 de maio a 9 de dezembro - às terças-feiras - 18h45 às 21h30; Turma 2 - do dia 17 de maio a 13 de dezembro - aos sábados - 9h30 às 12h Curso de 93 horas-aula)

CURSO ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL (de 9 a 12 de julho de 2008 - quarta, quinta e sexta-feira - das 18h30 às 21h45 e sábado de 10h às 15h15 (com uma hora de almoço) 15 horas-aula)

MICROECONOMIA: MONOPÓLIOS, OLIGOPÓLIOS, CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA E CARTEL (De 14 de julho a 17 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Macroeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)

MACROECONOMIA: INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E MACROECONOMIA ABERTA (De 4 de agosto a 24 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Microeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)

TEORIA DOS JOGOS (13 de agosto a 1º de outubro de 2008 - às quartas-feiras - das 18h45 às 21h30 - Curso de 24 horas-aula)

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS (Período 16 de julho a 6 de agosto, às quartas, quintas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30 - Horas-aula: 30 horas)